

## “Regionalismo governamental” sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional<sup>1</sup>

South american “governmental regionalism”: institutional  
deficiencies and international dependence

Cairo Gabriel Borges Junqueira<sup>2</sup>  
Livia Peres Milani<sup>3</sup>

**Resumo:** O regionalismo na América do Sul tem passado por um período de transformação e declínio, exemplificado especialmente pelo desmonte da UNASUL e pelas sucessivas críticas ao Mercosul. Tal processo ocorre após uma década de euforia, na qual novas instituições multilaterais foram criadas e a cooperação regional foi pensada como um meio de ampliar a autonomia. Nos anos 2000, uma literatura especializada foi desenvolvida, conceituando tais arranjos como pós-hegemônicos em razão da adoção de uma agenda sócio-política, do questionamento ao neoliberalismo e à liderança hemisférica dos EUA. Contudo, a conjuntura atual, de realinhamento dos países aos EUA e de retorno de políticas econômicas liberalizantes, mostra os limites de tais processos. Considerando esse contexto e sustentando-se no marco teórico institucionalista, o objetivo do artigo é analisar por que o regionalismo sul-americano passa por um período de estagnação. O artigo está dividido em duas seções. Na primeira, através de revisão bibliográfica, realizamos o debate conceitual procurando definir a concepção de regionalismo pós-hegemônico, apresentamos a ideia de “regionalismo governamental”, bem como analisamos a sobreposição de regionalismos e a carência de supranacionalismo, que prejudicam o aprofundamento da integração. Na segunda seção, mormente por meio da análise de dados publicados por organizações como Banco Mundial e CEPAL, apontamos que, mesmo durante o auge do regionalismo pós-hegemônico, houve uma intensificação de relações de dependência internacional, com governos fortemente alinhados com os EUA e outros crescentemente vinculados à China. Concluímos que a marca do atual “regionalismo governamental” encontra-se no acúmulo de dois fatores: a “guinada à direita” na América do Sul e o ceticismo perante as instituições angariado na crise do multilateralismo.

**Palavras-chave:** Regionalismo. Integração Regional. América do Sul. Multilateralismo.

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi reescrito, revisado e atualizado para publicação. Uma versão prévia do mesmo foi apresentada e consta nos Anais do 7º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) realizado na PUC-MG, em Belo Horizonte, entre os dias 23 e 26 de julho de 2019 com título semelhante.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) com período de pesquisas na Universidad de Buenos Aires (UBA). E-mail: cairojunqueira@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Substituta do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) com período de pesquisas na Georgetown University. E-mail: livialpm@gmail.com

**Abstract:** South American regionalism is experiencing a period of transformation and decline, as exemplified by the UNASUR's dismount and the successive criticism of Mercosur. This process transpires after a euphoria decade, in which center of the left governments built multilateral institutions and promoted regional cooperation as a means of increasing autonomy. In the 2000s, the specialized literature conceptualized such arrangements as post-hegemonic, emphasizing its socio-political agenda, the development policies, and its regional-centered characteristics. However, the recent South American realignment to the US and the return of liberalizing economic policies shows the limits of such processes. Considering this context and sustaining itself in the institutionalist theoretical framework, the article's objective is to analyze why South American regionalism is stagnant. The article is divided into two sections. At first, through literature review, we conducted the conceptual debate seeking to define the conception of post-hegemonic regionalism, present the idea of "governmental regionalism", analyze the overlap of regionalisms and the lack of supranationalism, which hinder the integration process. In the second section, mainly through data analysis published by organizations such as the World Bank and ECLAC, we point out that, even during the peak of post-hegemonic regionalism, there was an intensification of international dependence, with governments aligned with the US and others increasingly linked to China. We conclude that the current "governmental regionalism" is distinguished by two factors: the "turn to the right" in South America and the skepticism toward institutions sustained in the crisis of multilateralism.

**Keywords:** Regionalism. Regional Integration. South America. Multilateralism.

## 1. Introdução

Iniciamos o presente artigo com uma questão ampla e reflexiva: as duas primeiras décadas do século XXI podem ser caracterizadas como um momento de crise constante? Podemos responder de modo afirmativo, mas, conseqüentemente, outra pergunta ainda fica aberta: tal crise possui suas peculiaridades e distingue-se de outras vivenciadas em tempos passados?

A expressão “crise”, embora aplicável à atual conjuntura das relações internacionais, não se apresenta como novidade. Por exemplo, crises econômicas são um tanto quanto recorrentes. A Grande Depressão em 1929, o Choque do Petróleo em 1973 ou até mesmo o Colapso Asiático de 1997 representaram momentos de grande tensão financeira internacional, cabendo o uso da palavra em questão para caracterizá-los. Nos anos 1990, a noção de “crise do Estado-nação” ganhou corpo em meio à intensificação da globalização enquanto processo de liberalização comercial e de descentralização decisória face à atuação de outros atores internacionais (JUNQUEIRA, 2019).

Nesse contexto e no ideário liberal, principalmente findado o período bipolar, o século XX caracterizou-se como uma “[...] era de triunfo democrático. O alcance global e a influência de ideias, instituições e práticas democráticas tornaram este século, de longe, o período mais florescente para a democracia na história do homem.” (DAHL, 2009, p. 161). Não nos cabe aqui dissertar sobre o que é a democracia em si, mas sim destacar a menção que é realizada às instituições enquanto quadros constitutivos desse sistema político. Para os argumentos que aqui serão expostos, inexistente multilateralismo na ausência de decisões coletivas pleiteadas no âmago das instituições internacionais.

Instituições são estruturas sociais que alcançaram um elevado nível de resiliência, sendo duráveis, resistentes a mudanças e conformadas por elementos simbólicos e materiais. Elas são suportadas por três pilares: regulador, normativo e cognitivo. Ou seja, são fundamentados por um conjunto de regras; valores e normas; e crenças e signos, respectivamente (SCOTT, 2001). A família, a igreja ou até mesmo o Estado podem ser enquadrados enquanto instituições. Além mais, no âmbito internacional são principalmente as Organizações Internacionais os atores que procuram aumentar a estabilidade e a ordem, provendo cooperação e buscando, em tese, decisões mais deliberativas e coletivas.

O presente artigo articula sua argumentação com base na perspectiva racionalista institucional. Por Racionalismo entende-se a premissa de que as instituições são formais, geradas segundo determinados interesses e capazes de estimular os ganhos materiais aos atores envolvidos no processo, notadamente os Estados (KEOHANE, 1988). E por Institucionalismo compreende-se a observação das organizações internacionais e dos regimes enquanto arranjos

particulares que envolvem regras que prescrevem ações, controlam atividades e moldam expectativas. Nesse sentido, a palavra “institucionalização” sinaliza solução de conflitos, previsibilidade de situações e processo voluntário por parte dos Estados (KEOHANE, 1988, KEOHANE; MARTIN, 1995, KRASNER, 1982, SIMMONS; MARTIN, 2001).

É justamente desse aspecto decisório plural que advém a base para o que chamamos de multilateralismo. Trata-se de um fundamento de reciprocidade difusa em que, quanto maior for a expectativa em torno das regras e normas do jogo, maior a probabilidade que elas sejam respeitadas. O multilateralismo representa a “Prática que envolve o estabelecimento de princípios que norteiam (sic) a relação entre os atores.” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 13) ou até mesmo uma forma institucional com capacidade para coordenar ações entre três ou mais Estados (RUGGIE, 1992). E é a crise desse sistema multilateral, a qual dá título ao Dossiê Temático em que este artigo está inserido, que responde à questão deixada em aberto no primeiro parágrafo da introdução. Embora as denominadas “crises” tenham exemplificações pretéritas, no primeiro quarto do século XXI sua peculiaridade encontra-se em seu objeto, seja ele o multilateralismo, propriamente dito, pautado no ceticismo perante as instituições internacionais.

Nesse rol temos dois acontecimentos de grande valia para introduzir nossa análise: o movimento em torno da “anti-globalização” e o aumento do nacionalismo. Diversos analistas que procuravam descrever o mundo na década de 1990 dificilmente afirmariam que, sucedido cerca de um quarto de século, a conjuntura passaria por modificações acentuadas desse porte. De exemplos, o discurso do estadunidense Donald Trump em torno do *Make America Great Again* (MAGA) e sua saída das negociações da Parceria Trans-Pacífico (TPP, em inglês), a postura governamental do brasileiro Jair Bolsonaro em trazer como *slogan* a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” ou até mesmo os movimentos em torno da saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*, após realização de plebiscito em meados de 2016, representam, em muitos casos, a própria crise do multilateralismo, seja pela preferência a acordos bilaterais ou pelo esvaziamento das instituições, no caso citado as regionais.

Nesse sentido a respeito das crises institucionais, inseridas de maneira mais geral no seio de instâncias multilaterais, e mais especificamente no trato dos blocos regionais, o presente trabalho procura analisar por que o regionalismo sul-americano passa por um momento de letargia designado por “regionalismo governamental”. Argumentamos que a conjuntura regional da América do Sul tem passado por um período de transformação e declínio considerando dois exemplos principais: o esvaziamento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), acompanhado pela criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), e as sucessivas críticas ao desempenho do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em relação à União, as duas citações abaixo resumem o elevado teor de mudança em torno das instâncias regionais. No dia 23 de maio de 2008, durante ato de assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou:

Estamos deixando para trás uma longa história de indiferença e de isolamento recíproco. Nossa América do Sul não será mais um mero conceito geográfico. A partir de hoje é uma realidade política, econômica e social, com institucionalidade própria. A Unasul deve ser construída como parte de nossos projetos nacionais de desenvolvimento, e essa tem sido a orientação do meu governo desde o primeiro dia. O Brasil quer associar seu presente e seu futuro ao destino da América do Sul. Nenhum de nossos países pode, sozinho, aspirar à prosperidade. (BRASIL, 2008).

Passados pouco mais de dez anos, o recém-eleito presidente Jair Bolsonaro, assim se pronunciou via *Twitter* em março de 2019:

Ontem em Santiago lançamos as bases para um novo espaço de diálogo e integração da América do Sul: o PROSUL. Os principais pilares serão a democracia, a prosperidade e o respeito às soberanias, opostos ao avanço totalitário observado no continente nos últimos anos com a UNASUL. (BOLSONARO, 2019).

Já em relação ao Mercosul, há uma extensa bibliografia trabalhando a respeito do que se denomina “crise mercosulina” (VIGEVANI, 2005, VAZ, 2001, BRICEÑO RUIZ, 2013). Tal característica perpassa os diferentes períodos do bloco desde seu início em 1991, passando por momentos de instabilidade no final do século em virtude da já mencionada crise asiática e no início da década de 2000 em razão da intensa crise econômica argentina. Mesmo assim, dois acontecimentos recentes demonstram ainda mais o ceticismo da integração: as suspensões do Paraguai e da Venezuela em 2012 e 2016, sendo ambos os casos relacionados com o questionamento das regras democráticas. Esses fatos decorreram de uma incapacidade do bloco em lidar com questões desse porte, havendo carência de diálogo e mecanismos institucionais fortes.

Embora tenham sido citadas palavras de líderes governamentais brasileiros, a estagnação do regionalismo sul-americano representa um movimento mais amplo exemplificado pelo realinhamento político e ideológico entre os países da região. Nos anos 2000 ocorreu uma “guinada à esquerda” aproximando lideranças políticas como o já mencionado Lula da Silva, Néstor Kirchner, José Mujica, Evo Morales, Hugo Chávez, Rafael Correa – bem como alguns dos seus sucessores –, resultando na criação da chamada “Onda Rosa” (MENEZES; MARIANO, 2016) para designar esse movimento de políticos de esquerda ou centro-esquerda que chegaram ao poder nos anos iniciais do século e foram, grosso modo, responsáveis pelo engavetamento da proposta da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) em 2005.

Todavia, nos últimos cinco anos vem ocorrendo um movimento contrário de reaproximação dos países perante os Estados Unidos da América (EUA) e de retorno de políticas

econômicas liberalizantes. De tal sorte, a investigação identifica dois fatores do regionalismo sul-americano que contribuíram para o seu declínio contemporâneo: i) a existência de múltiplos arranjos institucionais e ii) os diferentes alinhamentos de governos sul-americanos com potências extra-regionais.

Foram mencionados anteriormente UNASUL, Mercosul e ALCA. Ainda assim, podemos incluir a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Comunidade Andina (CAN), Aliança do Pacífico (AP), Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), dentre outros. A literatura especializada sobre integração regional denomina essa multiplicidade de arranjos regionais de *spaghetti bowl* – conceito criado por Jagdish Bhagwati –, sendo que existem atualmente na América Latina, por exemplo e além da seara de blocos regionais, cerca de trinta acordos de comércio entre os países da região (BLYDE, 2018).

Vale lembrar que não podemos considerar a multiplicidade de organizações como fator que explica em sua totalidade a crise do multilateralismo. Ela existe porque, mais do que criar instituições, é preciso geri-las e mantê-las em funcionamento com capacidade de manutenção da participação contínua dos países envolvidos no processo. O “regionalismo governamental” representa a confluência de fatores, incluídos aqui sobreposição organizacional, carência de participação contínua como política de Estado, intergovernamentalismo como guia decisório regional e dependência externa, que se constitui em um limitante ao aprofundamento dos blocos.

Nesse sentido, em relação ao posicionamento dos países sul-americanos com potências extra-regionais, é preciso verificar o papel dos EUA e da China nesse processo. O interesse estadunidense na região é histórico, tendo se fortalecido no período entreguerras, principalmente com o aumento do comércio e dos investimentos perante os então vinte países da já denominada América Latina (BETHELL, 2009). Durante a Guerra Fria, a região acabou por não sofrer grandes pressões soviéticas e os EUA mantiveram a sua influência, o que ficou ainda mais claro no decurso da década de 1990 logo após políticas incrementadas via Consenso de Washington (1989). Na década de 2000 houve aparente transformação justamente pelo estímulo a uma agenda de maior autonomia angariada em processos endógenos sem a presença dos estadunidenses. Contudo, parece haver mudanças na atual conjuntura, sendo que Argentina, Brasil e Equador, alguns dos líderes da busca de autonomia na década passada, buscam se aproximar dos EUA de forma gradual e cada vez menos estimulada pelo multilateralismo.

Por sua vez, a China, com elevadas taxas de crescimento anual de do seu Produto Interno Bruto (PIB), tendo esse número chegado à casa dos 14% em 2007, vem aumentando seus vínculos com a região. Com a crise de 2008, o país passou a ocupar mais espaço nas instituições internacionais e vem colocando a América do Sul no seu mapa de atuação. Longe de ser uma

potência revisionista ou contra hegemônica (VADELL, 2011), a China amplia cada vez mais suas influências não somente comerciais, mas também políticas, principalmente na África e na América do Sul, relançando os debates na literatura especializada sobre quais são as aspirações de grandes potências nesses continentes.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo será dividido em duas seções. Na primeira, realizaremos o debate conceitual em torno das diferentes tipologias do regionalismo sul-americano, bem como analisaremos a sobreposição de regionalismos e a carência de supranacionalismo como fatores prejudiciais à institucionalização dos blocos regionais. Na segunda seção apontaremos que, mesmo na época da “guinada à esquerda”, houve uma intensificação de relações de dependência internacional, com governos fortemente alinhados com os EUA e vinculados à China.

Concluimos que esses alinhamentos extra-regionais mostram os limites da busca de autonomia através do regionalismo, estando inseridos dentro da ótica de ceticismo em torno das decisões multilaterais. A conjunção de variáveis internacionais, regionais, nacionais e domésticas dá o tom de paralisia à atual conjuntura do regionalismo sul-americano marcada por traços característicos de dependência. Deste modo, a combinação da crise do multilateralismo com a mudança de viés político-partidário nos países acaba por gerar uma nova face aos processos regionais aqui denominada de “regionalismo governamental”.

## **2. O conceito de regionalismo pós-hegemônico e o *overlapping regionalism***

O termo regionalismo possui múltiplas dimensões de entendimento. Para Nye (2009), ele representa uma alternativa política para entender as relações internacionais além da figura do Estado-nação. Complementando tal visão, segundo Hocking (2004), o regionalismo faz jus a um novo padrão da política mundial caracterizado por ligações dentro e através das fronteiras nacionais, além de perfazer o aumento da cooperação regional logo após o fim da Guerra Fria. Nessa perspectiva podemos observar uma certa visão eurocêntrica, visando justamente observar os meandros de desenvolvimento da integração europeia sobretudo através do Tratado de Maastricht de 1992.

Para além dessa seara, a análise de Söderbaum (2015) evidencia o regionalismo como um fenômeno histórico com ao menos quatro fases denominadas: regionalismo precoce, velho regionalismo, novo regionalismo e regionalismo comparado. O primeiro compreende o período dos Impérios, o segundo apareceu na Europa pós Segunda Guerra Mundial, já o terceiro abrangeu sobretudo as décadas de 1980 e 1990, enquanto o último representa avanços na

observação dos blocos regionais no século XXI, procurando observar o papel empenhado por atores não-estatais e outras instituições.

A par dessas diferentes análises, entendemos o regionalismo de maneira dupla: como um processo político que estimula a integração regional, conseqüentemente a formação de distintos blocos regionais, e como uma área de pesquisa cujo objetivo é entender diferentes processos de geração de novas instituições em meio à participação de atores para além da centralidade estatal. Ambas definições se intercalam quando analisamos o regionalismo historicamente através de suas fases, o que acaba por gerar novos conceitos e definições sobre o mesmo.

Para não nos estendermos em demasia, cabe apontar a existência de ao menos três abordagens do regionalismo aplicados à América Latina, sejam elas: regionalismo fechado, regionalismo aberto e regionalismo pós-hegemônico, este último de maior significado para a presente análise. O primeiro iniciou-se na década de 1960 angariado em políticas pensadas “[...] como solução para o entrave desenvolvimentista no continente. Urgia-se fomentar o intercâmbio regional com o fim de incrementar as plantas industriais locais, preparando seus Estados membros para a acirrada competitividade do comércio global” (MENDONÇA JR., 2014, p. 02). O conceito de regionalismo aberto nasceu no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e representou na década de 1990 uma convergência com a ordem internacional através da abertura de mercados e menor participação estatal na economia (SARAIVA, 2012), havendo predileção por parcerias realizadas com terceiras partes.

O conceito de regionalismo pós-hegemônico – o qual surgiu no mesmo período que o conceito de regionalismo pós-liberal, que enfatizava o deslocamento dos temas inerentes à liberalização comercial para uma agenda política com protagonismo dos Estados (SERBIN, 2010) – descreve o contexto de surgimento de instituições latino-americanas cujo foco transcendia o tema clássico da liberalização comercial. Os líderes políticos que chegaram ao poder na América do Sul nos anos 2000 buscavam formas de cooperação endógenas, priorizando temas relevantes nas mais diversas áreas e promovendo cooperação em políticas públicas, infraestrutura, questões sociais, finanças, defesa e segurança. A criação da UNASUL, com 12 conselhos ministeriais, foi um dos componentes de relevo que compunham esse cenário. Outro exemplo foi a ALBA, de cunho mais contestatório ao neoliberalismo e marcada pela retórica do socialismo do século XXI. A reformulação do Mercosul, com a ampliação de sua atuação em áreas sociais, complementava o processo.

De acordo com Riggiozzi e Tussie (2012), o regionalismo pós-hegemônico criava um sistema de regras diferente daquele cujo motor era a liberalização comercial liderada pelos EUA e correspondia a fatores locais e à agência de lideranças políticas e movimentos sociais. Assim,

foram fomentados consensos regionais, ao invés de globais, em áreas como segurança, infraestrutura, saúde, educação e energia. Nas palavras das autoras, o pós-hegemônico referia-se a "[...] estruturas regionais caracterizadas por práticas híbridas como resultado de um deslocamento parcial de formas dominantes de governança neoliberal liderada pelos EUA no reconhecimento de outra organização política e econômica de bens regionais (comuns)" (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 12)

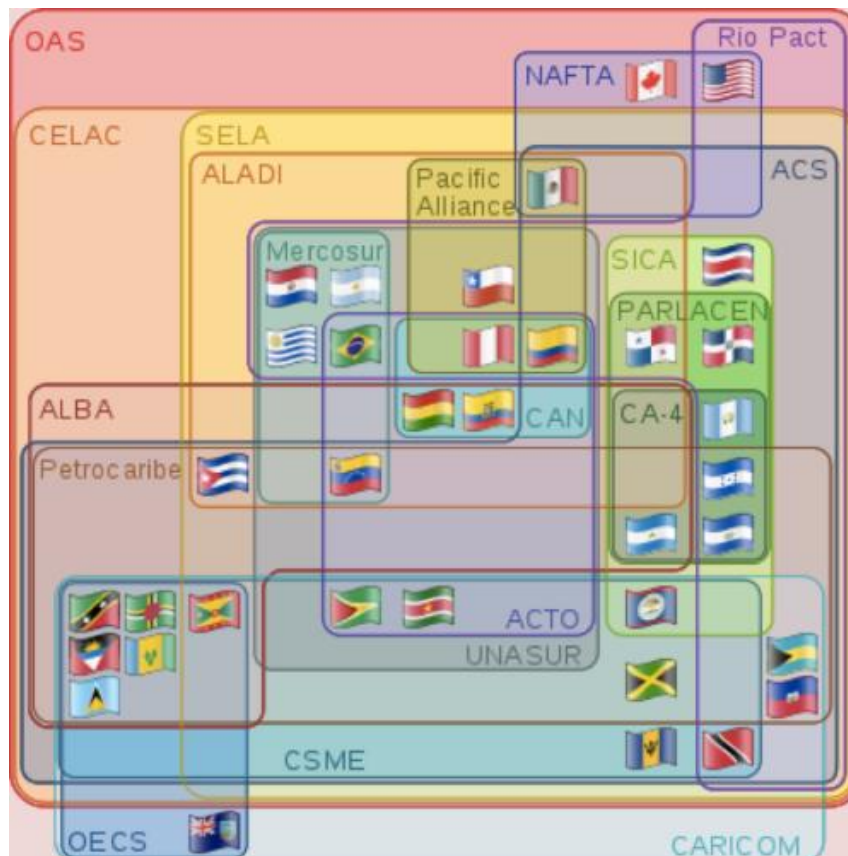
As autoras apontam que o regionalismo pós-hegemônico mostrava os limites da concepção do regionalismo como uma consequência da globalização, como um processo dirigido por questões sistêmicas. No caso da América Latina, o regionalismo era uma extensão de políticas domésticas e não globais, contestando o projeto de integração comercial hemisférica. As novas formas de associação eram um reflexo do questionamento ao neoliberalismo no plano doméstico. Novamente segundo as autoras "[...] a América Latina está afastando-se do projeto neoliberal como o projeto hegemônico previsto pelos Estados Unidos regionalmente por meio da ALCA e bilateralmente por meio de acesso a mercados e apoio financeiro" (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012, p. 9). Assim, longe de ser uma forma de reforçar o neoliberalismo, a perspectiva pós-hegemônica movia-se por demandas de desenvolvimento autônomo.

Essa foi a perspectiva buscada por variados governos na América do Sul a partir dos primeiros anos do século XXI. Salienta-se que, atualmente, existem outras diferentes abordagens conceituais e epistemológicas para caracterizar o regionalismo latino-americano, evidenciando os já citados casos do regionalismo comparado, além da concepção de regionalismo adjetivado (PERROTTA; PORCELLI, 2018) que alude a uma discussão da Ciência Política em torno da proliferação de adjetivos para definir as democracias latino-americanas. Se, em dado momento, a abordagem pós-hegemônica procurou mover os países da região para um viés autonomista e de menor dependência, cumpre também verificar algumas características que contribuíram para o atual declínio do regionalismo sul-americano denominado aqui de “regionalismo governamental”.

Os blocos regionais latino-americanos – incluso aqui os da América do Sul – são múltiplos tanto em quantidade quanto em aspectos qualitativos. Segundo Botto (2015), existem três peculiaridades na América Latina em se tratando da integração: existência de ondas de regionalismo, experiência de diferentes estratégias regionais frente à globalização e carência de aprofundamento e ampliação dos processos regionais, ocorrendo como consequência a sobreposição de blocos. Na literatura especializada, tal existência simultânea de diferentes iniciativas de cooperação regional é denominada de *overlapping regionalism* (MALAMUD, 2013, RIBEIRO, 2016), expressão alinhada à participação de países em organizações regionais com competências políticas similares em ao menos uma área específica (PANKE; STAPEL, 2016), a

qual pode ser observada na imagem abaixo apresentando aproximadamente 20 instituições do continente americano com siglas em inglês:

**Figura 1 – Sobreposição de blocos regionais na América**



Fonte: Wikimedia Commons apud Gregorious (2018)

Nas palavras de Malamud (2013, p. 04, tradução nossa): "As tentativas latino-americanas concernentes ao regionalismo nunca foram convergidas em um único projeto.". Em um primeiro momento, pelos diferentes exemplos de blocos regionais mencionados na introdução, essa afirmação soa um tanto quanto óbvia, mas é preciso ir além e verificar que a criação de múltiplas iniciativas regionais acaba sendo um dos fatores que explicam o não aprofundamento da integração, principalmente na América do Sul. Para Ribeiro (2016), dificuldades políticas dos países da região acabam por gerar blocos com baixa profundidade coercitiva. Nesse sentido, em meio a um emaranhado institucional classicamente denominado de *spaghetti bowl*, os processos não se aprofundam e ficam de certa forma presos aos interesses governamentais.

Aqui entram em cena algumas características em estudos sobre o Mercosul que podem ser aplicadas de modo mais abrangente ao regionalismo sul-americano. Neles existem uma cultura institucional estadocêntrica (JUNQUEIRA, 2019), significando que os blocos regionais como o citado Mercosul, a UNASUL ou até mesmo a Aliança do Pacífico fiquem sempre à mercê dos

interesses governamentais centrais sustentados em preceitos historicamente desenvolvidos como desenvolvimento, industrialização promovida pelo Estado e construção nacional (SÖDERBAUM, 2015).

É essa característica estrutural acima que perfaz os moldes decisórios no interior dessas organizações. Ou seja, quando pensamos nos setores e atores responsáveis pelas tomadas de decisão regionais, devemos ter em mente que eles representam em essência os interesses de chefes do Poder Executivo, sobretudo presidentes e ministros. A manutenção de ordenamentos intergovernamentais aparece como problema estrutural para o regionalismo sul-americano e, em relação ao Mercosul, sua criação e seu funcionamento estão vinculados às figuras dos governos centrais e a eles menos interessa mudanças institucionais, pois continuam com as prerrogativas decisórias (JUNQUEIRA, 2019).

Há sobretudo carência de supranacionalidade nos blocos latino e sul-americanos, inexistindo processos decisórios autônomos em relação aos governos centrais. Talvez uma exceção seja a Comunidade Andina (CAN), a qual contou com o estabelecimento de uma Junta do Acordo de Cartagena, órgão regional de caráter supranacional, caracterizando-a, nas palavras de Bressan e Luciano (2018), como o processo integracionista andino com institucionalidade mais complexa em comparação a seus pares do continente americano. Entretanto, ambos os autores argumentam que mesmo com essa abordagem a CAN apresentou baixo índice de eficiência institucional. Para além do fato de determinado bloco apresentar aspectos supranacionais ou intergovernamentais, na América do Sul persiste estruturalmente um certo desinteresse dos países para estimular o desenvolvimento dos arranjos regionais.

Além desses aspectos estruturais, há outros de cunho conjuntural passíveis de menção. Iniciativas como o Mercosul e a UNASUL mostraram-se extremamente dependentes das agendas partidárias e governamentais. Por exemplo, na década de 2000 o bloco mercosulino incluiu outros temas e atores no seio da integração, algo que deve ser observado positivamente sob o viés do regionalismo pós-hegemônico. A integração foi ampliada graças à compatibilidade governamental por trás de figuras como Lula da Silva e Néstor Kirchner, mas, em último caso, não foi aprofundada (JUNQUEIRA, 2019). A par da descentralização da agenda, a decisão final ainda ficou à cargo dos governos centrais reiterando a ótica estadocêntrica e intergovernamental. Essa também é uma das possíveis explicações para o desmonte recente da UNASUL, representante direto das diferenças gritantes entre signos políticos e partidários.

Mudam-se os governos, trocam-se os blocos regionais? Embora a sobrevalorização partidária e política tenha sido observada no regionalismo sul-americano em décadas passadas, a grande novidade no tempo presente é sua aliança, de cunho “à direita”, a um discurso cada vez

mais cético em relação às instituições e ao multilateralismo, configurando o que se entende no presente artigo por “regionalismo governamental”. Embora com agenda distinta, o Mercosul dos anos 2000 conservou o quadro organizacional central da década anterior, ou seja, o núcleo duro manteve-se operacionalizante. Em 2019, os casos envolvendo a UNASUL e o PROSUL são distintos, havendo desmonte da primeira para conseguinte criação do segundo.

É interessante observar que mudanças de curto prazo são observadas com certa constância nos blocos regionais, mas aspectos históricos e estruturantes permanecem. Para tanto, mesmo no período de maior evidência do regionalismo pós-hegemônico com discurso autonomista predominou a dependência em relação a potências como EUA e China, objeto de análise que segue.

### **3. Regionalismo e dependência internacional**

A análise de Tussie e Riggirozzi (2012) sobre a emergência do regionalismo pós-hegemônico pressupõe a conjunção de dois fatores: i) a ascensão de líderes de centro esquerda, que colocavam em prática políticas exteriores assertivas e buscavam no regionalismo novas formas de alavancar o desenvolvimento regional e nacional e ii) o advento de mudanças sistêmicas geradas pela falta de atenção e diminuição da capacidade de atuação estadunidense na América Latina, com a derrocada de seu projeto de integração comercial pan-americano. No entanto, essa leitura dos fatores sistêmicos peca por uma omissão: o descuido em relação à crescente presença chinesa e o remanescente poder hemisférico dos EUA na América do Sul.

As formas de regionalismo pós-hegemônico extrapolam o comércio, o que leva a um recorte acadêmico que acaba por negligenciar os desdobramentos nessa seara. Porém, é exatamente esse tema que melhor ilustra alguns dos limites intrínsecos aos projetos regionais pós-hegemônicos latino-americanos, uma vez que no período auge do “giro à esquerda” e da constituição das organizações de regionalismo pós-hegemônico, entre 2000 e 2013, o comércio América Latina-China cresceu em 22 vezes (CEPAL, 2015).

Ao mesmo tempo, os mercados estadunidense e europeu se mantiveram como os mais importantes para a região. Em 2017, os EUA permaneciam como o principal destino das exportações latino-americanas, seguidos por União Europeia e China (CEPAL, 2018). O comércio intra-regional, por sua vez, crescia de forma mais amena, voltando a cair na segunda década do século (Quadros 1 e 2). Como a maior parte das compras de manufaturados produzidos na América Latina destina-se a outros países da região, aumentar o comércio intra-blocos poderia ser um caminho para conter o processo de reprimarização das economias latino-

americanas. O regionalismo pós-hegemônico, no entanto, não teve grandes impactos nesse sentido.

**Quadro 1 - Destino das exportações da América Latina**

Ano	2000	2008	2016
África Subsaariana	0,46%	1,17%	0,84%
Sul da Ásia	0,42%	0,73%	1,66%
Outros	2,93%	7,11%	1,31%
América do Norte	60,11%	42,07%	47,94%
Oriente Médio e Norte da África	1,24%	2,25%	2,86%
América Latina e Caribe	16,67%	20,78%	16,13%
Europa e Ásia Central	12,83%	16,11%	13,22%
Ásia e Pacífico	5,33%	9,77%	16,04%

Fonte: Banco Mundial (2019)

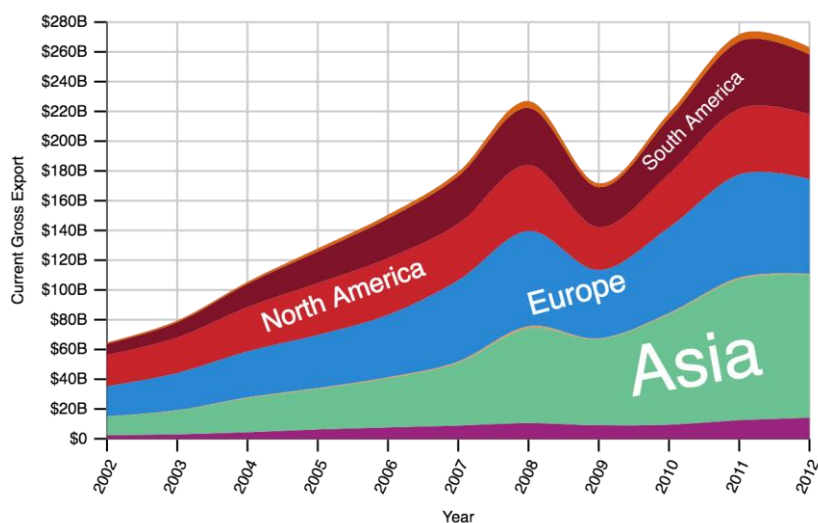
**Quadro 2 - Origem das importações da América Latina**

Ano	2000	2008	2016
África Subsaariana	0,82%	1,90%	0,49%
Sul da Ásia	0,36%	1,04%	1,55%
Outros	5,01%	2,89%	1,89%
América do Norte	50,58%	33,13%	34,26%
Oriente Médio e Norte da África	1,32%	1,86%	1,19%
América Latina e Caribe	15,98%	20,51%	14,95%
Europa e Ásia Central	15,39%	16,27%	15,55%
Ásia e Pacífico	10,53%	22,41%	30,11%

Fonte: Banco Mundial (2019)

De acordo com dados da CEPAL, em 2014, apenas 19,2% das exportações latino-americanas tinha como destino outro país da região (CEPAL, 2014). Em 2017, essa cifra era ainda menor: 16% das exportações dos países região tinha como destino outro país latino-americano. O boletim da organização conclui que "[...] o comércio intrarregional como porcentagem do comércio total continua a diminuir em cada sub-região da América Latina e do Caribe." (CEPAL, 2018). A análise das exportações brasileiras mostra uma realidade semelhante: a grande mudança nos anos 2000 foi o maior aumento das exportações para a Ásia em comparação à região (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Destino das Exportações Brasileiras (2002-2012) em US\$**



**Fonte:**The Atlas of Economic Complex (CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 2017)

O decrescente comércio intrarregional possui consequências relevantes em termos de desenvolvimento, uma vez que se trata de um comércio qualitativamente superior ao destinado ao restante do mundo, com maiores exportações de produtos manufaturados e de maior valor agregado. O comércio com a Ásia, e especialmente com a China, por sua vez, tem se mostrado prejudicial ao desenvolvimento econômico e produtivo latino-americano.

Em primeiro lugar, o comércio com a China não é equilibrado: as exportações latino-americanas crescem menos que as importações. O desequilíbrio é mais agudo para o México, os países da América Central e do Caribe, enquanto a América do Sul beneficiou-se mais fortemente da demanda chinesa por produtos primários (CEPAL, 2015; 2018). O padrão é desigual: Brasil,

Venezuela e Chile costumam ter superávits com a China, enquanto o México apresentava elevados déficits comerciais.

Em segundo lugar, o comércio com a China significou uma reprimarização das economias e exportações. Ascendente nos anos 2000, tal comércio era marcado pela exportação de produtos primários, especialmente soja e minérios, e importação de manufaturados (CEPAL, 2015; 2018). Como apontado em relatório da CEPAL, "[...] devido à alta concentração nos produtos das indústrias extrativas, as exportações da América Latina para a China geram relativamente menos empregos e um impacto ambiental maior do que os envios para o resto do mundo" (CEPAL, 2015, p. 48, tradução nossa). A título de curiosidade, segundo o *The Atlas of Economic Complexity* (CENTER FOR..., 2017), mais de 94% das exportações brasileiras para a China consistiram apenas em minérios e produtos agrícolas. Em contrapartida, mais de 50% das importações brasileiras perfizeram os setores de eletrônicos e maquinários, os quais têm maior valor agregado.

Também cabe destacar que o período de crescimento econômico sul-americano coincide com o auge da demanda chinesa por produtos provenientes da região. O comércio América Latina-China cresceu entre 2000 e 2013, durante o superciclo das commodities, entendido como sendo o período de auge nos preços das matérias-primas, desencadeado pela demanda chinesa e que “predominou na maior parte do período compreendido entre 2003 e 2011” (CEPAL, 2015, p. 06, tradução nossa). Contudo, houve relativa estagnação após esse período (CEPAL, 2018), o que coincide com o início do período recessivo na região, especialmente na América do Sul, que mais se beneficiou da exportação de produtos primários para a potência asiática.

Com relação aos investimentos, também se observa um importante avanço chinês, especialmente a partir de 2005. Os investimentos chineses na região, no entanto, são concentrados. No que se refere aos Investimentos Externos Diretos (IED), de 2005 a 2017, a maior parte (81%) foi destinada ao Brasil, Argentina e Peru (CEPAL, 2018). Quando se contabiliza empréstimos e financiamentos, a atuação chinesa também é concentrada: a Venezuela é o principal receptor, seguida de Brasil, Equador e Argentina, tendo esses quatro países recebidos quantias consideravelmente mais significativas que o restante da região (GALLAGHER; MYERS, 2019).

A atuação chinesa não se limita ao comércio e ao investimento: o país já divulgou dois *white papers* – documentos de posição lançados em 2008 e 2016 pelo governo chinês – referentes à região, explicitando sua atuação e ambição em áreas diversas. O documento de 2016 ressalta o desejo de aprofundar a cooperação em áreas como saúde, espaço, defesa, assuntos jurídicos, redução da pobreza e educação (THE STATE..., 2016). Para ilustrar a presença chinesa em

âmbitos não-econômicos, pode-se ressaltar a abertura de aproximadamente 40 Institutos Confúcio na região e o aumento da oferta de bolsas de estudos para latino-americanos. No âmbito espacial, destaca-se a construção conjunta de satélites com o Brasil, através do projeto CERBS, e de uma estação espacial na província argentina de Neuquén.

Embora o país asiático tenda a ver a América Latina como um todo coeso, e reúna-se periodicamente com a região através do Fórum China-CELAC, ressalta-se que o seu engajamento em termos comerciais e financeiros é negociado de forma bilateral, impactando de forma heterogênea os países da região. Essa atuação também acaba por desembocar na formação de novas relações de dependência, pouco convergentes com o objetivo de uma América Latina unida e desenvolvida de forma autônoma.

A leitura de que os EUA se tornaram menos presentes no subcontinente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e a crise financeira de 2008 também possui algumas limitações. Em primeiro lugar, pode-se apontar que o “giro à esquerda” não atingiu de forma uniforme todos os países sul-americanos. A mais importante exceção foi a Colômbia, país que manteve fortes vínculos com os EUA na área de segurança, instrumentalizados para garantir o suporte da potência em sua luta interna contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

No período de 2001 a 2015, a Colômbia manteve-se entre os dez principais receptores de assistência em segurança dos EUA (CENTER FOR INTERNATIONAL POLICY, 2019). Após 2001, o Plano Colômbia foi inserido no âmbito da lógica da guerra ao terror, com o uso do termo narco-terrorismo por colombianos e estadunidenses e com a ampliação do escopo da assistência destinada ao país (VAICIUS; ISACSON, 2003). Antes de 2001, a ajuda era destinada a programas antidrogas e, depois dos atentados, passou a ser utilizada na luta contra a guerrilha.

A Colômbia não foi o único espaço de inclusão da América Latina na luta global contra o terror, sendo que também havia preocupação dos EUA em relação à Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, com demanda pelo aumento da cooperação em inteligência na região e reforço dos aparatos de segurança (MILANI, 2019). O volume total do treinamento e assistência militar dos EUA para a região também não diminuiu após o 11 de setembro, ao contrário do que a noção de falta de atenção parece indicar (MILANI, 2019).

Além disso, no plano comercial, o rechaço sul-americano à ALCA, em 2005, não significou o declínio da influência dos EUA sobre a América Latina – ou ao menos não em relação a toda região. A potência ocidental logrou assinar acordos de livre comércio com o Chile, a Colômbia e o Peru, além da assinatura do Tratado de Livre Comércio América Central-República Dominicana (CAFTA-DR), alcançando vitórias parciais no objetivo de integração

comercial hemisférica e gerando um mecanismo para institucionalizar as reformas neoliberais em tais países. No plano econômico, cabe ressaltar também o poder estrutural financeiro dos EUA, evidenciado pela dependência dos países sul-americanos em relação ao dólar, e os impactos econômicos para os países latino-americanos referentes à valorização ou desvalorização da moeda estadunidense.

A adoção de uma política exterior focada em um *pivot* asiático pelos EUA a partir de 2011, não significou a exclusão da América Latina. O principal projeto dessa estratégia, a Parceria Trans-Pacífico (TPP, em inglês), buscava transcender a região do Indo-Pacífico, conectando-a com as Américas pela presença de Canadá, Chile, México e Peru. Tratava-se de uma estratégia que buscava não apenas conter a China em sua própria zona de influência, mas, também, conectar parceiros asiáticos e latino-americanos, em uma reação à crescente presença chinesa no Hemisfério Ocidental (BIEGON, 2017, p. 86).

A criação da Aliança do Pacífico, em 2011, também exemplifica a continuidade da influência dos EUA na América do Sul, reunindo seus aliados regionais em um único bloco e criando uma área de livre-comércio sub-regional. De acordo com análise de documentos do Departamento de Estado realizada por Biegón (2017), houve coordenação entre os EUA e a Colômbia na concepção do bloco regional, que atendia aos interesses da potência e diminuía o isolamento colombiano na América do Sul. A criação do mecanismo evidenciava também a existência de uma divisão regional, entre governos progressistas e governos neoliberais. Ao contrário do que a ideia de “giro à esquerda” parece indicar, não havia homogeneidade na América Latina, fato que contribuiu para as novas nuances do regionalismo governamental.

Tais exemplos são sinais da existência e continuidade não apenas de uma estratégia dos EUA para a América Latina, mas de continuidades no que se refere a seu poder sobre o hemisfério. As resistências sul-americanas ao poder dos EUA não são uma novidade do século XXI, tendo também estado presentes ao longo da Guerra Fria, quando políticas próximas ao terceiro-mundismo foram colocadas em prática. Os mecanismos de cooperação endógenos tampouco são um advento do século XXI - sendo que a América Latina já experimentou momentos de união, por exemplo, no momento de criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960. Como apontado por Long (2016, p. 516), a ideia de declínio dos EUA tem sido supervalorizada e “[...] um século de assimetria não é apagado em uma década, especialmente quando as bases materiais e sociais dessa assimetria permanecem fortes”.

As mudanças recentes na América Latina evidenciam essa realidade de forma patente: o “giro à esquerda” não correspondia a uma mudança perene nas concepções de desenvolvimento ou estratégias de política exterior na região. Com a mudança de governos, atores importantes

como Brasil, Argentina e Equador, juntaram-se à Colômbia, Chile e Peru em uma renovada aproximação com os EUA. Assim, o questionamento ao regionalismo pós-hegemônico intensificou-se. Como os projetos desenvolvidos naquele momento não conseguiram ampliar as bases econômicas da integração regional, acabaram por se tornar frágeis frente às mudanças políticas e de signo ideológico.

A dependência externa mostra-se como um fator limitante do regionalismo. Considerando o contexto econômico desafiador, no qual as relações extrarregionais são mais relevantes que as intrarregionais, seria necessário um planejamento político consistente para amenizar e eventualmente superar as dificuldades do regionalismo latino-americano nessa seara. Contudo, no período atual, as dificuldades de ordem econômica somam-se à falta de vontade política, contribuindo para o período de letargia, aqui denominado “regionalismo governamental”.

#### **4. Considerações Finais**

Conquanto argumentos de cunho histórico e processual tenham sido apresentados ao longo do artigo, em pleno ano de 2019 continua-se a observar um intenso período de transformação no regionalismo sul-americano caracterizado aqui como “regionalismo governamental”. O início do século gerou certa euforia em se pensar um desenvolvimento mais autônomo da região, mas a prática política não acompanhou esse movimento. Precária institucionalização dos blocos e alternância política e ideológica brusca dos governos dividem espaço com a multiplicidade de arranjos regionais e sobrevalorização de preceitos intergovernamentais dando características elementares à região.

Foram identificados dois fatores que evidenciam a fragilidade das instituições regionais latino-americanas pós-hegemônicas: i) a sobreposição de blocos e o intergovernamentalismo ii) e a continuidade de relações de dependência e a falta de atenção ao comércio. Com relação ao primeiro aspecto, evidencia-se que a proliferação de blocos resultou em instituições fortemente intergovernamentais e pouco profundas, fortemente ligadas à atuação dos Poderes Executivos de cada país. Esse é um aspecto característico do regionalismo sul-americano, o qual sobrevaloriza a centralização decisória nesses segmentos de poder. Membros de iniciativas como o Mercosul e a UNASUL nunca pretenderam diminuir suas soberanias nacionais para fortalecer a integração, carecendo, inclusive, de um país capaz de liderar o processo e demonstrar interesse na sustentação de esferas decisórias no nível regional.

Como afirmado anteriormente, a sobreposição de foros no regionalismo sul-americano não pode ser tomada como única característica elementar do regionalismo de tipo governamental.

Além da multiplicidade, deve-se reconhecer também a falta de maior institucionalidade por parte dos diversos blocos regionais. Isso pode ser entendido de maneira dupla: pela falta de organização dos atores envolvidos no processo – justamente pelo apontamento realizado acima em referência ao intergovernamentalismo – e pela carência de criação de um projeto coletivo, havendo rotineiramente interesses diversos.

Aliado a esses pontos, com relação ao segundo fator, percebe-se que no campo econômico persistiram as relações de dependência. Ao longo do período, apesar da demanda por autonomia regional, EUA, China e Europa mantiveram-se como os principais parceiros dos países da região. Ao mesmo tempo, o comércio intra-blocos avançou de forma menos significativa. A falta de atenção para o comércio entre os países latino-americanos dificultou que o regionalismo fincasse bases e contribuísse para o crescimento econômico. Assim, concluímos que o objetivo de ampliar graus de autonomia foi frustrado, pois o regionalismo pós-hegemônico conviveu com a continuidade e criação de relações de dependência. Assim, o regionalismo sul-americano é marcado por particularidades. Não havendo instituições fortes ou um contexto econômico que contribua ao fortalecimento dos blocos, é necessária continuada vontade política para que os mesmos se aprofundem.

Findo o momento do regionalismo pós-hegemônico, o comércio voltou a ser enfatizado, desta vez angariado em um discurso de fortalecimento da soberania nacional e do estímulo às parcerias bilaterais. Menciona-se discurso, pois, na prática, muitas vezes ocorre o contrário, a exemplo do recente anúncio de assinatura de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Contudo, o acordo também mostra que não se prioriza o comércio entre os países do Mercosul, mas a ampliação do comércio com os países desenvolvidos, retomando-se a lógica do regionalismo aberto, que tinha como objetivo final a inserção em um mundo globalizado.

A novidade hodierna não está presente nos caracteres de ordem estrutural do nosso regionalismo, embora eles ainda estejam presentes, mas sim nos aspectos conjunturais que trazem novas nuances em meio à crise do multilateralismo. Pode-se dizer que houve um aspecto crescente no aumento da importância das instituições e da cooperação internacional principalmente na segunda metade do século passado, culminando nos extensos debates sobre a globalização e acompanhando as ondas de regionalismo latino-americano. A questão é que algumas Organizações Internacionais estabelecidas justamente em outro contexto político internacional parecem não mais se adequarem aos tempos presentes, a exemplo das sucessivas e recorridas críticas voltadas à Organização das Nações Unidas (ONU).

Se esse não foi o caso do Mercosul, o qual foi se adaptando com o passar dos anos, o mesmo não pode ser afirmado sobre a UNASUL, já extinguida. Ela foi substituída por um Foro,

um espaço de diálogo com baixa institucionalização se comparado aos blocos regionais em si. Criado no final de março de 2019 através da Declaração Presidencial para a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul, o PROSUL representa uma alternativa direta à UNASUL e a geração de outro arranjo que integra o emaranhado regional. É interessante observar que sua origem se insere em um contexto de maior liderança por parte do Chile e da Colômbia nas figuras dos presidentes Sebastián Piñera e Ivan Duque, novamente sendo caracterizadores da dependência governamental e de certo modo partidária pela qual determinados blocos regionais passam ao longo dos anos, desta vez havendo a peculiaridade de ser mais uma "guinada à direita" na América do Sul. Tal apontamento também aparece como novidade, pois, historicamente, Argentina e Brasil foram condutores no processo de construção do diálogo regional.

Assim, retomamos o questionamento realizado no início da introdução: existindo uma crise na política internacional, quais seriam suas distinções em relação a experiências passadas? Nosso principal argumento apresentado é que se pode falar em uma crise das instituições internacionais na década de 2010, o que, por conseguinte, esbarra na própria crise do multilateralismo. Com o passar dos anos poderá haver mudanças, conforme há, por exemplo, em relação ao papel do Estado. Se, nos idos de 1990, falava-se em sua reestruturação e descentralização em meio a um novo jogo de poder, atualmente argumenta-se em torno do seu fortalecimento em prol da soberania e do interesse nacional. O grande problema em torno do nacionalismo exacerbado encontra-se no fortalecimento das fronteiras, de políticas contrárias à imigração ou até mesmo casos de xenofobia.

Por fim, ressalta-se que o conceito de “regionalismo governamental” aqui apresentado tem como base características estruturais da América do Sul, a exemplo da forte dependência externa, mas é aplicável apenas a uma conjuntura específica do final da década de 2010. Isso se dá em virtude da própria crise do multilateralismo, o qual não tem precedente nas outras ondas de regionalismo, sejam elas o fechado, aberto ou até mesmo pós-hegemônico. Ademais, como último ponto de destaque, afirmamos que atualmente inexiste um cenário capaz de prover maior estabilidade às instituições regionais.

Destaca-se que o argumento principal girou em torno da análise do enfraquecimento do regionalismo sul-americano, cujo acúmulo de características estruturais e conjunturais denotam sua atual fase de “regionalismo governamental”. Não há estratégia política estatal para se pensar os blocos regionais a longo prazo. Mesmo assim, é importante destacar que o aspecto regional não está segmentado e relaciona-se com mudanças de cunho internacional, nacional e doméstico. Trata-se de um processo mais amplo pautado por uma série de acontecimentos, notadamente

desenvolvidos ou pontuados ao longo do artigo. Do ponto de vista da integração regional, a crise do multilateralismo deve ser debatida para pensarmos a respeito do futuro do regionalismo, não caindo na armadilha de um discurso que prega isenção ideológica e, em contraposição, acaba por se imiscuir em um imediatismo governamental sem visão estratégica.

## Referências

BANCO MUNDIAL. **World Integrated Trade Solution (WITS)**. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/LCN>> Acesso em: 18 set. 2019.

BETHELL, L. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Est. Hist.**, v. 22, n. 44, Rio de Janeiro, jul.-dez. 2009, p. 289-321.

BIEGON, R. **US Power in Latin America. Renewing Hegemony**. New York: Routledge, 2017.

BLYDE, J. **The Spaghetti Bowl and International Supply Chains**, 01 mai. 2018. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/integration-trade/en/spaghetti-bowl-international-supply-chains/>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BOLSONARO, J. **Ontem em Santiago lançamos as bases para um novo espaço...** 23 de março de 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1109408486578941952>> Acesso em: 27 mai. 2019.

BOTTO, M. **La integración regional en América Latina: Quo Vadis?:** El Mercosur desde una perspectiva sectorial comparada. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Eudeba, 2015.

BRASIL. Presidente (2003-2011: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações**. Brasília, 23 mai. 2008. 5 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul>> Acesso em: 27 mai. 2019.

BRESSAN, R.; LUCIANO, B. A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, mar. 2018, p. 62-80.

BRICENÑO RUIZ, J. Entre o voluntarismo e o realismo: o processo de revisão de modelo econômico do Mercosul. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, Jul.-Dez. 2013, p. 13-34.

CENTER FOR INTERNATIONAL POLICY. Security Assistance Monitor, 2019. Disponível em <<http://securityassistance.org/data/landing-page>>. Acesso em: 14 jun 2019.

CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **The Atlas of Economic Complexity**. Cambridge, 2017. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/>>. Acesso em 17 de setembro de 2019.

CEPAL. **El comercio exterior en América Latina y el Caribe**. Infográfico. 24 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/infografias/el-comercio-exterior-en-america-latina-y-el-caribe>>. Acesso em: 13 de jun 2019.

CEPAL. **Boletín estadístico de comercio exterior de bienes en América Latina y el Caribe**. 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/boletin-estadistico-de-comercio-exterior-de-bienes-en-america-latina-y-el-caribe>>. Acesso em: 13 de jun 2019.

CEPAL. América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación económica. Naciones Unidas, Cepal: Chile, 2015.

DAHL, R. **Sobre a Democracia**. Brasília: Ed. UnB, 2009.

GALLAGHER, K. P.; MYERS, M. **China-Latin America Finance Database**. Washington: Inter-American Dialogue, 2019. Disponível em: <[https://www.thedialogue.org/map\\_list/](https://www.thedialogue.org/map_list/)>. Acesso em: 14 de jun 2019.

GREGORIOUS, J. **The role of identity in CELAC**. 12 de março de 2018. Disponível em: <<https://jelenagregorius.com/post/171792657573/celac>> Acesso em 18 set. 2019.

HERZ, M.; HOFFMAN, A. R. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOCKING, B. Regionalismo: uma perspectiva das Relações Internacionais. In: VIGEVANI, T. et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC : Ed. UNESP : Ed. FAPESP : EDUSC, 2004.

JUNQUEIRA, C. **Entre interesses e identidades: o que querem e o que são?** A atuação internacional dos governos subnacionais argentinos e brasileiros no Mercosul (1995-2018). Tese de Doutorado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, 2019.

KEOHANE, R. International Institutions: two approaches. *International Studies Quarterly*, v. 32, n. 4, dec. 1988, p. 379-396.

KEOHANE, R.; MARTIN, L. The Promise of Institutionalist Theory. *International Security*, v. 20, n. 1, 1995, p. 39-51.

KRASNER, S. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International Organization*, 36, 2, 1982, p. 185-205.

LONG, T. The United States and Latin America: The Overstated Decline of a Superpower. **The Latin Americanist**, n. 60, p. 497–524, 2016.

MALAMUD, A. Overlapping Regionalism, No Integration: Conceptual Issues and the Latin American Experiences. **EUI Working Papers 2013/20**, mar. 2013.

MENDONÇA JR., W. O regionalismo Pós Liberal na América do Sul. **Conjuntura Internacional**. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 18-24, 1º sem. 2014.

MENEZES, R. G.; MARIANO, K. L. P. O Brasil e a trajetória recente da integração sul-americana 2008-2015: liderança, competição e novos rumos. **Anais do 10º Encontro da ABCP**, Belo Horizonte, MG, 2016.

MILANI, L. The US and South America in the dawn of the XXI century: benign neglect?. **Latin American Studies Association 2019 Congress**, Boston, 2019.

NYE, J. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

PANKE, D.; STAPEL, S. Exploring Overlapping Regionalism. **Journal of International Relations and Development**, 21 (3), p. 635-662, 2016.

PERROTTA, D.; PORCELLI, E. El Regionalismo es lo que na academia hace de él. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, 28 (1), 2018, p. 183-218.

RIBEIRO, C. **Overlapping regionalism e proliferação de instituições na América Latina: complementariedade e fragmentação nas agendas regionais**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), 2016.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism. The Case of Latin America**. United Nations University Series on Regionalism. New York; London: Springer, 2012.

RUGGIE, J. Multilateralism: The Anatomy of an Institution. *International Organization*, v. 46, n. 3, summer 1992, pp. 561-598.

SARAIVA, M. G. **Encontros e Desencontros**. O lugar da Argentina na política externa brasileira. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SCOTT, R. W. **Institutions and Organizations**. Foundations for Org. Science, USA: Sage Publications Series, 2001.

SERBIN, A. Regionalismo y soberania nacional en América Latina: los nuevos desafíos. **Documentos CRIES/Nueva Sociedad**, n. 15, Buenos Aires, sep. 2010.

SIMMONS, B.; MARTIN, L. International Organizations and Institutions. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth. (Eds.) *Handbook of International Relations*: SAGE Publications, 2001, pp. 192-211.

SODERBAUM, F. Early, Old, New and Comparative Regionalism. *The Scholarly Development of the Field*. **KFG Working Papers**, n. 64, out. 2015.

THE STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Full text of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. 24 nov 2016. Disponível em: <[http://english.gov.cn/archive/white\\_paper/2016/11/24/content\\_281475499069158.htm](http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm)>. Acesso em: 14 de jun 2019.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, spl. 1, Curitiba, nov. 2011, p. 57-79.

VAICIUS, I.; ISACSON, A. The “War on Drugs” meets the “War on Terror” The United States’ military involvement in Colombia climbs to the next level. **International Policy Report**, n. February, p. 1–19, 2003.

VAZ, A. Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade. **Rev. Bras. Pol. Int.**, v. 44, n. 1, 2001, p. 43-54.

VIGEVANI, T. História da integração latino-americana: Mercosul e questões subnacionais. In: VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L. E. (Orgs.). **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo: EDUC: Ed. UNESP: FAPESP, 2005.